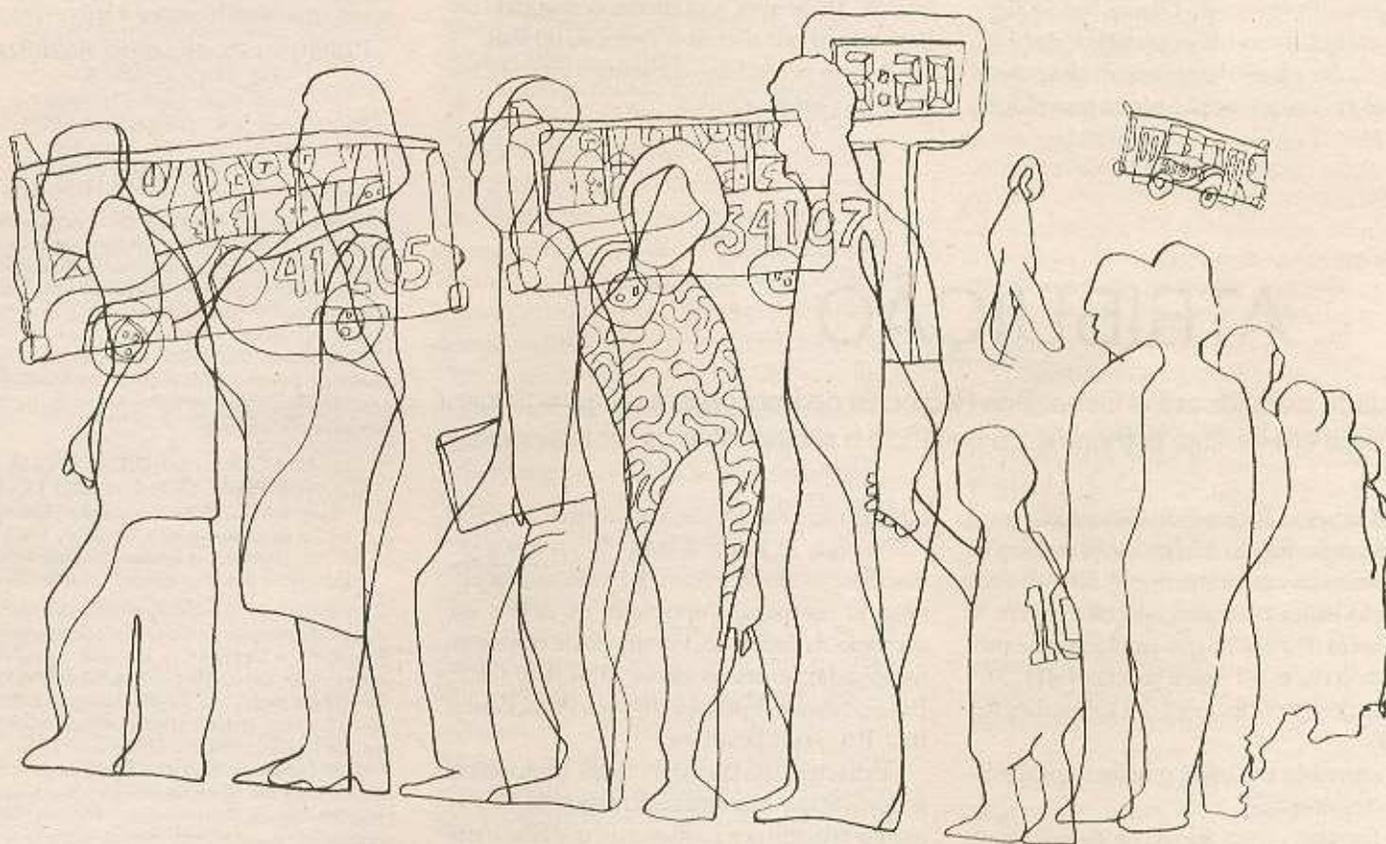


ORGÃO OFICIAL DO CORECON-RJ, IERJ E SINDECON-RJ

A DÉCADA DO DESEMPREGO



Os trabalhadores brasileiros celebraram o último 1º de Maio com razões de sobra para exigir mudanças imediatas na política do País. Os dados apurados na pesquisa realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), sobre o mundo do trabalho durante a década de 90, revelam que ela foi de massivo desemprego, perda da qualidade do trabalho e de uma

queda significativa na importância do empregado: industrial, associada a uma presença cada vez mais acentuada do setor serviços na contratação da mão-de-obra. É o tema da entrevista com o economista Sérgio Mendonça, diretor técnico do Dieese, que com base na pesquisa lançou o livro *A situação do trabalho no Brasil*.

Página 8

Aberta inscrição para
curso de especialização

Página

16

Todo dia é
Dia do Índio

Página

3

As perversas ações
dos Fundos de Pensão

Página

5

EDITORIAL

DE ÍNDIOS E PEÕES

Ao comentar o Censo 2000, do IBGE, o presidente da República afirmou que os anos 90 representaram a década das conquistas sociais, diferentemente do período anterior, da década perdida.

Análise solitária, que não resiste a qualquer avaliação, mesmo que preliminar, do que tenha sido o último decênio do século XX. Com base nos resultados da pesquisa sobre os anos 90, que gerou o livro *A Situação do Trabalho no Brasil*, o diretor técnico do Dieese, Sérgio Mendonça, chegou a conclusões opostas às de FHC.

"Foi a década do desemprego", disse ele ao *JE*, na entrevista que ocupa a página central desta

edição. O economista resumiu o que difere uma década da outra: nos anos 80, o trabalhador brasileiro sofreu a corrosão do salário pela inflação; nos 90, perdeu o próprio salário porque ficou sem emprego, diferentemente de FHC.

O tema é capa desta edição, onde estão presentes, também, outros perdedores ao longo da história do Brasil: os índios, exemplo maior, em 500 anos, viram suas populações dizimadas, sua cultura varrida e hoje assistem a celebração do seu dia, 19 de abril, totalmente desfigurada da importância que têm na construção do País.

A esses perdedores dedicamos esta edição. Uma boa leitura a todos. ■

FISCALIZAR
É ATRIBUIÇÃO LEGAL

Atividade exercida pelos Conselhos Regionais de Economia é uma exigência definida em lei, cujo comprimento beneficia a sociedade e os profissionais

O Conselho Regional de Economia exerce, por delegação, função pública e suas atribuições estão estatuídas em lei. Assim está definida a sua atribuição básica, conforme estabelece o Art. 36 do Decreto 31.794/52, que regulamenta a profissão de economista regida pela Lei 1.411/51:

"Art. 36: São atribuições dos Conselhos Regionais:

- organizar e manter o registro profissional do economista;
- fiscalizar o exercício da profissão de economista, dentro das normas baixadas pelo Cofecon;
- expedir a carteira de identidade profissional;
- realizar o programa de atividades elaborado pelo Cofecon, no sentido da disseminação da técnica econômica nos diversos setores da economia nacional, promovendo estudos e campanhas em prol da racionalização econômica do país;
- elaborar o seu regimento interno para exame e aprovação do Cofecon;
- aplicar penalidades;
- arrecadar as multas, anuidades, taxas e demais rendimentos, bem como promover a dis-

tribuição da cotas previstas nos artigos 31 e 37."

No que se refere à letra "b", o Setor de Fiscalização do Corecon/RJ vem desempenhando um papel importante na defesa do exercício da profissão. Foram várias empresas fiscalizadas, entre as quais, BNDES, CEF, Bacen, Telemar, Furnas, Petrobras, Previ, Banco Itaú, Banco do Brasil, etc.

Em relação ao Banco do Brasil, é importante destacar que esta instituição negou-se a encaminhar listagem dos profissionais que atuam nas áreas de competência de economistas. Esta atitude, contrariamente ao que esperava o Banco, gerou multa de R\$ 2.090,00 e derrota em seu recurso.

O leitor economista deve estar se perguntando o que isso modifica em sua vida. A grande mudança está no fato de que, a partir do momento que o Conselho fiscaliza essas empresas, as mesmas percebem a importância e a necessidade de contratar um economista para as funções de sua competência, o que contribui para evitar um estreitamento do mercado de trabalho, já bastante debilitado em virtude das políticas econômicas recessivas, que impedem o pleno desenvolvimento da economia nacional. ■

economistas

Órgão Oficial do
CORECON - RJ, IERJ E SINDECON - RJ
ISSN 1519-7387

Conselho Editorial: Cláudio Leopoldo Salm, Helena Maria Martins Lastres, Hildete Pereira de Melo, João Paulo de Almeida Magalhães, Maria José Cyhlar, Paulo Sérgio Souto e Reinaldo Gonçalves • Edição: Corecon - Conselho Regional de Economia - Rio de Janeiro - Telefax: 2232-8178 - e-mail: coreconrj@alternex.com.br - homepage: http://www.economistas.com.br

• Editor: Nilo Sérgio Gomes • Caricaturista: Cassio Lorezano • Projeto gráfico: André Lippmann, José Mica e Marcelo Paiva • Edição eletrônica: André Lippmann • Fotolito e Impressão: Tipológica • Tiragem: 13.000 exemplares • Periodicidade: Mensal - As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL
DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 • 19º andar
Rio de Janeiro • RJ • Centro • Cep 20054-900
Telefax: (21)2232-8178 ramal 22
E-mail: coreconrj@alternex.com.br
Homepage: http://www.economistas.com.br

Presidente: Ronaldo Reemy Fangel • Vice-presidente: João Manoel Gonçalves Barbosa • Conselheiros Efetivos: Ângela Maria Puppim Buzanovsky, Francisco Bernardo Karam, Helena Maria Lastres, Hildete Pereira de Melo, João Manoel Gonçalves Barbosa, Maria José Cyhlar Monteiro, Paulo Sérgio Souto • Conselheiros Suplentes: Arthur Câmara Cardozo, Eduardo Carnos Scaletsky, José Antonio Lutterbach Soares, Julio Diniz, Julio Flavio Miragayo, Luiz Mario Behrken, Mario Luiz Freitas, Mauro Osorio, Sarcia Maria Carvalho de Souza.

SINDECON - SINDICATO DOS
ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 • Grupos 1607/1608/1609
Rio de Janeiro • RJ • Cep 20031-000
Tel.: (21)2262-2535 • Telefax: (21)2533-7891 e
2533-2192 • E-mail: sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascoalto da Rocha • Coordenador de Assuntos Institucionais: Paulo Passarinho • Diretores de assuntos institucionais: Adhemar dos Santos Mineiro, Rogério da Silva Rocha, Enlao Leite Melo, Luiz Antonio Rodrigues Elias, Luiz Mario Behrken, Antônio Meli Jr. e Renato Luiz Mello de Oliveira • Coordenador de Relações Sindicais: João Manoel Gonçalves Barbosa • Diretores de relações sindicais: Sandra Maria Carvalho de Souza, Eduardo Mendes Callado, Carlos Tibiriçá Miranda, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Regina Gadich dos Santos, Paulo Gonzaga Mibiel de Carvalho e Marcelo Sereno • Coordenador de Divulgação e Finanças: Gilberto Alcantara da Cruz • Diretores de divulgação e finanças: Benni Faerman e Eduardo Carnos Scaletsky • Conselho Fiscal: Ademir Figueiredo, José Vegas e Jorge de Oliveira Camargo.

IERJ - INSTITUTO DOS ECONOMISTAS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 • 16º andar • Rio de Janeiro
RJ • Centro • Cep 20054-900 • Tel.: (21)2509-1077
Telefax: 232-8178 ramal 22 • E-mail:
ierj@alternex.com.br

Presidente: Cláudio Leopoldo Salm • Vice-presidente: Hildete Pereira de Melo • Diretor de Finanças: Erikson Teixeira Lima • Diretora Executiva: Glória Maria Moraes, José Eduardo Cassiolato, Luiz Antonio Rodrigues Elias, Mario Cordeiro de Carvalho Júnior, Nelson Victor Le Cocq, Paulo Gonzaga Mibiel, Renata Leite Pinto Nascimento, Ruth Espinola Soriano de Souza Nunes, Sílvia Renata Paes de Figueiredo.

DIA DO ÍNDIO

José Ribamar Bessa Freire*

PRECONCEITO E DESCONHECIMENTO

Se, em abril de 1500, Cabral tivesse percorrido todo o território brasileiro, teria “descoberto” cerca de 10 milhões de indivíduos, falando mais de mil línguas diferentes, segundo estimativas recentes de demógrafos da Escola de Berkeley

Hoje, Cabral encontraria aproximadamente 550 mil pessoas – incluindo os índios urbanos – e apenas 180 línguas. Afinal, o que aconteceu com os povos que viviam aqui? Por que, em cinco séculos, tantas etnias foram exterminadas, tantas culturas esfaceladas? Quais as conseqüências desse fato para a atual sociedade brasileira?

De algum tempo para cá, todo ano, no mês de abril, o Brasil “descobre” os índios e celebra – à sua maneira – o dia e a semana deles, mas nunca responde a essas perguntas. Todo ano, no mês de abril, os canais de TV mostram índios passeando na praia de Copacabana e banhando-se no mar. Todo ano, no mês de abril, um repórter formula sempre a pergunta *original*: o que vocês estão achando do mar? Os índios olham para a câmera e respondem sempre, todo ano, no mês de abril, aquilo que os jornalistas querem ouvir: que a água é salgada e grudenta e que o *marçã* é um rio grande.

No mês de abril, entra ano e sai ano, o apresentador do telejornal, com um sorriso que pretende ser inteligente, superior e condescendente, olha com olhos de Pero Vaz de Caminha aquelas “crianças travessas”, estranhas, pitorescas, exóticas, folclóricas, ingênuas que brincam no mar. Depois, mostra imagens de nossos filhos, fantasiados de índios de cinema americano, em festinhas escolares, com tanga, plumas, arcos e flechas. Folclorização e infantilização.

Dessa forma, no mês de abril, todo ano, o país reforça seus preconceitos, desperdiçando uma oportunidade de conhecer as culturas indígenas e a sua contribuição para a formação do nosso povo. Na realidade, todo ano, no mês de abril, o país também deixa de se conhecer a si mesmo, já que no

relacionamento com os índios, o Brasil mostra sua cara. Portanto, conhecer os índios não é apenas conhecer o “outro”, o “diferente”, mas implica conduzir as reflexões sobre a sociedade que com eles interage.

Por que todo ano, de janeiro a dezembro, não se mostra como os índios legaram à nossa civilização alternativas de sobrevivência nos trópicos, transmitindo os inventos adaptativos que desenvolveram em milhares de anos, os conhecimentos sobre a fauna e flora concretizados nos métodos de plantar, caçar e pescar, a literatura vigorosa, a música, a poesia, as artes plásticas, a cerâmica, as etnociências? Por que não se discute como os índios participaram na construção desse país, em cada cidade, em cada estado?

Os arcos e as flechas

Qual foi, por exemplo, a real importância dos índios na economia fluminense? Não existe ainda levantamento sistemático que responda esta pergunta. Sabemos que a escravidão indígena vigorou oficialmente no Brasil até 1755, convivendo com um sistema de trabalho compulsório, chamado de “livre” ou “repartição”. Estudos recentes começam a reavaliar a contribuição dos dois sistemas para a economia açucareira do litoral.

No Rio, em todo o período colonial, os índios nunca foram deixados em paz. Mesmo depois da entrada de milhares de negros no século XVII, os índios voltaram a ser a principal alternativa para os engenhos, quando os holandeses ocuparam Angola e outros pontos da África, provocando um colapso no abastecimento de escravos de origem africana.

É interessante revelar como a construção dos Arcos da Lapa, no início do século XVIII, contou com a participação ativa e majoritária da mão-de-obra indígena. Os remanescentes tupinambás, recrutados nas aldeias de São Lourenço, em Niterói, e São Barnabé, em Itaboraí, carregaram cada pedra, cada tijolo, cada grão de areia, o cal e o óleo de baleia para erguer cada bloco do aqueduto destinado a conduzir água do rio Carioca para a cidade.

“Trabalhadores que naquellas partes costumão trabalhar”, esses índios, considerados “livres”, receberam como pagamento o que era de costume: um prato diário de comida e, no final do mês, alguns metros de algodão, tecidos pelas próprias índias. Esse era o sistema de remuneração usado nos engenhos de açúcar e nas obras do prédio do Senado para os índios que não eram escravos.

Na construção dos Arcos da Lapa, ficou evidente que os índios achavam injusta essa forma de pagamento. Com o apoio dos jesuítas, reivindicaram ao rei D. João V uma diária de quatro vinténs. O responsável pela obra, André Soares de Souza, em carta dirigida ao rei, suplica que não atenda tal reivindicação, pois todos os recursos existentes são gastos com comida, não sendo suficientes para o pagamento do jornal, “por serem myxtos os que trabalhão na ditta obra”.

A obra foi concluída. Transformou-se num monumento histórico, cartão-postal da cidade do Rio de Janeiro, mas seus construtores anônimos não são lembrados. As informações sobre eles, condenados ao silêncio pela história oficial, podem ser encontradas em muitos documentos. Um deles, assinado por André Soares de Souza na primeira década do século XVIII, foi localizado por uma

equipe da UERJ no Arquivo Nacional (Fundo Vice-Reino, Caixa 770, Pacto 2). Vale a pena conferir a íntegra do texto:

"Snor. Dizem os officiaes do Senado da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, que elles actualmento estão continuando a obra da Condução da agua da Carioca pa. a Cidade como V. Mage. foy servido mandar determinar; a qual obra se não pode fazer sem assistência dos Indios, que são os trabalhadores que naquellas partes costumão trabalhar e sempre foy uso, costume dar se lhe de seu jornal, asy nas obras do d.º Senado, como nas dos engenbos dos particulares, de comer todos os dias e no cabo do Mez suas tantas varas de algodam e por bora o R.do Pe. Reytor da Compa. da da. Cidade lhe altera este antigo costume, querendo se dem aos d.ºs Indios quatro vintens cada dia sobre o que tem feito súplica a V. Mage. o R.do Pe. Reytor, ao que V. Mage. deve ser servido não lhe dessem, por qto. todo atendimento do subsidio pequeno applicado a ditta obra, não será bastante só pa. os jornais dos dittos Indios, por serem myxtos os que trabalham na d.a obra, e sómente no comer que se lhe dá se faz bú conciderável dispendio pello que P. a V. Mage. lhe façam comsederlhe Provisão pa. que senão possa alterar o jornal dos dittos Indios até aqui observado". (assina) André Soares de Souza.

Os índios no Rio

Muito depois da construção dos Arcos da Lapa, em pleno século XIX, a própria cidade do Rio de Janeiro contou com índios de diferentes etnias, em número incalculável, que migraram compulsoriamente para a Corte, onde viviam de pequenos biscates ou passavam a trabalhar em serviços domésticos, na construção civil

e nas obras públicas, no Arsenal da Marinha, na pesca da baleia, como marinheiros e remeiros de canoas do Serviço da Galeota Real ou no Escaler da Ribeira.

No livro "Os Aldeamentos Indígenas do Rio de Janeiro", editado em 1997 pela UERJ, mostramos – apoiados em documentos – que esses índios urbanos, quase sempre sem emprego e sem domicílio certo, formavam uma "tribo" desfigurada que vagava pelas tabernas e vendas dos principais bairros, sobretudo Candelária, Santa Rita e São José, entrando em conflito permanente com a Polícia. Alguns deles moravam em cortiços no centro da cidade, conforme constam códices do Fundo "Polícia da Corte" do Arquivo Nacional.

Levantamos listas de índios presos em outras localidades, que eram remetidos para a Corte na primeira metade do século XIX. Os motivos alegados nos permitem pensar que as prisões, mais do que medidas de caráter penal eram uma forma de recrutamento de mão-de-obra. Documentos existentes no Arquivo Geral da Cidade indicam como a própria Câmara Municipal da cidade do Rio, com muita frequência, requisitava das prisões os índios detidos, destinando-os aos serviços nas obras públicas. Dessa forma, foi feita a reforma do Passeio Público, em 1831, já que os negros africanos cuidavam da lavoura cafeeira do vale do Paraíba.

Nessa época, o número de índios empregados em serviço doméstico nas casas do Rio era tão expressivo, que mereceu várias intervenções da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, registradas na documentação: "muitos indígenas existem ao

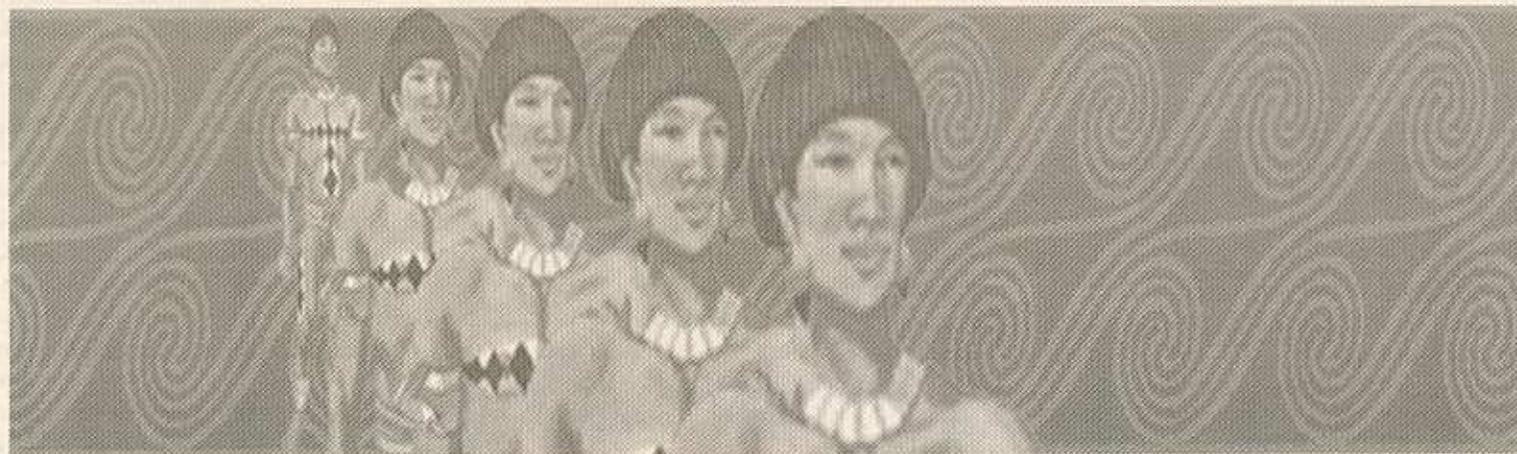
serviço de pessoas particulares sem que percebão salário ou estipêndio algum, achando-se assim reduzidos ao estado de quase cativo".

Os viajantes estrangeiros que passaram pelo Rio deixaram relatos e imagens fortes sobre essa situação. Jean-Baptiste Debret (1768-1848) documenta a presença de índias lavadeiras, que residiam há muitos anos na cidade do Rio de Janeiro. Reuniam-se diariamente de manhã para ir lavar roupa à beira do Rio, no Catete, onde ficavam o dia inteiro, até anoitecer. Ele registra ainda um grande número de índios empregados em casas particulares e observa: "Seus filhos tornam-se, com 12 ou 14 anos, excelentes criados".

Tantos abris se passaram, com índios tomando banho no mar e crianças fantasiadas de índios, que está mais do que na hora de saldar uma dívida histórica com as lavadeiras, os criados, as domésticas, os remeiros, os trabalhadores nos engenhos, nas obras públicas e no Arsenal da Marinha.

No mês de abril, o Rio poderia pagar de forma simbólica, ainda que tardiamente, os quatro vintens reivindicados pelos índios, lembrando que eles foram decisivos na construção da maior obra americana de sua época – os Arcos da Carioca – e que, junto com os negros vindos da África, foram os construtores anônimos desse país. ■

* José Ribamar Bessa Freire, professor da UERJ, onde é Coordenador do Programa de Estudos dos Povos Indígenas, e do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais da UNI-Rio.



FUNDOS DE PENSÃO

Ceci Juruá* e Paulo Passarinho**

OS FUNDOS DE PENSÃO NA ORIGEM DAS CRISES

Por ocasião do II Fórum Social Mundial, tivemos a oportunidade de conversar longamente com Jacques Nikonoff, economista, professor da Universidade de Paris VIII e um especialista em fundos de pensão

Autor de outros livros abordando a questão do desemprego, em 1999 ele reuniu no livro "La Comédie des Fonds de Pension" suas reflexões a respeito do funcionamento dos fundos de pensão estadunidenses, país onde estudou e trabalhou por alguns anos.

JN esteve em Porto Alegre enquanto palestrante e membro do Conselho Científico da Associação ATTAC, entidade criada na França, em 1998, e hoje presente em mais de 20 países, copatrocinadora do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, voltada para a educação popular sobre temas vinculados aos efeitos da globalização neoliberal: imposto Tobin, paraísos fiscais, dívida externa dos países periféricos, caráter especulativo e desestabilizador da imensa massa de recursos financeiros que comanda o processo de financeirização das economias.

Em conversa especialmente agendada conosco, JN explicou que há uma relação intrínseca entre a quantidade enorme de recursos financeiros em circulação e os fundos de pensão, e nos transmitiu sua convicção de que são eles os responsáveis principais pela eclosão das graves crises de natureza cambial e financeira que atingiram e fragilizaram uma série de economias nacionais, incluindo-se a brasileira.

Concentração inédita de capitais

Em seus estudos, ele chama a atenção, inicialmente, para a natureza dos fundos de pensão: "uma entidade jurídica particular,

que recolhe contribuições de milhões de pessoas e de empresas e aplica esses recursos em mercados financeiros para que, futuramente, a venda dos títulos (ações, obrigações diversas como as decorrentes da dívida pública) financie aposentadorias e pensões".

Hoje em dia, são os investidores institucionais (1) os principais controladores das empresas de sociedade anônima e, dentre eles, os fundos de pensão se destacam – do capital total aplicado nas bolsas norte-americanas; em 1950, 1% pertencia aos fundos de pensão, mas, em 1998, essa participação já era de 60%!

A transferência da propriedade acionária das grandes empresas e das famílias para os fundos de pensão e outros investidores institucionais teve uma série de conseqüências sobre o funcionamento das economias capitalistas. Assim, os lucros, que eram decorrentes da produção de bens e serviços e se distribuíam sob forma de dividendos aos acionistas, hoje se encontram vinculados ao processo de valorização dos papéis negociados em bolsa, através do que JN denomina de "mais-valia financeira das ações". Esta mudança acarretou, inclusive, uma drástica redução do tempo médio de permanência das ações em mãos dos acionistas, para algo em torno de nove meses.

JN enfatiza que o crescimento dos mercados financeiros estimula o aumento da velocidade de circulação do capital na busca de maiores ganhos, através da mais-valia financeira, levan-

do a uma grande volatilidade das cotações em bolsa. Do ponto de vista macro-econômico, caem por terra os argumentos da teoria neoclássica de que o livre funcionamento dos mercados conduz a uma alocação ótima dos recursos, pois se observa que a rentabilidade das empresas está descolada do cenário produtivo e caminha, a longo prazo, para uma total inviabilidade. É um processo autofágico.

No plano microeconômico, os resultados são igualmente perversos, pois os investidores institucionais passaram a determinar as regras que devem gerir o funcionamento das empresas, priorizando parâmetros de rentabilidade acionária fixados segundo as médias observadas nos mercados financeiro, médias que podem variar de 12% a 20% ao ano.

Governança corporativa : a financeirização da empresa

"A governança corporativa é a ação dos fundos de pensão norte-americanos visando maximizar os rendimentos das ações das empresas das quais eles são acionistas. Para isso, eles tentam controlar as empresas e seus dirigentes, fazendo com que a gestão das empresas oriente-se pelos objetivos determinados pelos fundos de pensão", disse JN. É uma estratégia de dominação dos investidores institucionais sobre as empresas, fundamentada na idéia de que a ação nada mais é do que um direito de propriedade.

A procura da rentabilidade máxima coloca uma séria contradição entre o interesse particular de um determinado fundo de pensão e o interesse global da sociedade norte-americana, por exemplo. Olhar a empresa apenas como uma "carteira de produtos" tem sérias implicações sociais, que vão do fechamento das linhas de produção menos rentáveis de uma empresa, apesar de necessárias do ponto de vista da comunidade, ao desemprego maciço.

Em geral, eles trabalham com técnicas financeiras sofisticadas e de difícil entendimento para a maior parte dos profissionais. O objetivo único de maximizar o valor de capitalização em bolsa não tem nada de natural, nem é evidente por si mesmo. Ele decorre de uma escolha dos ultraliberais e é assumido em detrimento de outros objetivos que seri-

am não só mais racionais no longo prazo como também mais éticos do ponto de vista coletivo: formação de capital próprio e geração de tecnologia, gestão participativa de empregados e sindicatos, cooperação internacional, emprego e geração de renda. Todos esses seriam objetivos mais importantes e mais eficazes na ótica social.

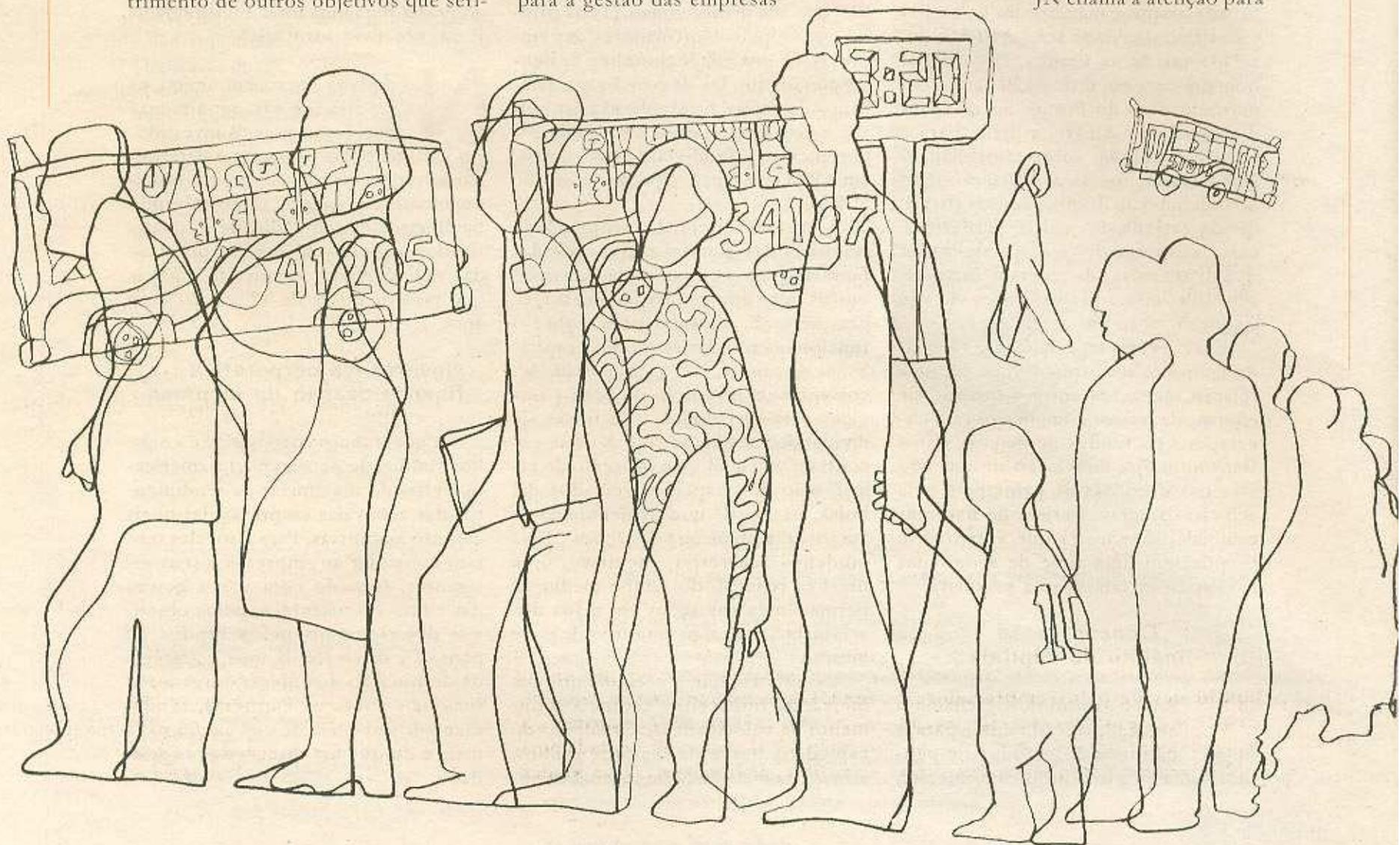
A governança corporativa imposta às empresas pelos fundos de pensão significa também uma estratégia de concentração no chamado foco do negócio, que é responsável pela multiplicação no número de fusões e aquisições de umas empresas por outras. São operações guiadas por uma lógica exclusivamente financeira, mal sucedidas em 50% dos casos e que não duram mais do que alguns cinco ou seis anos.

Outro aspecto apontado por JN como extremamente pernicioso para a gestão das empresas

diz respeito a uma das formas utilizadas para remuneração dos executivos, nas empresas submetidas à governança corporativa: as *stock options*, participações acionárias, distribuição de opções de compra de ações a preços vantajosos, em relação aos do mercado à vista.

Com esse procedimento, as empresas estimulam seus quadros gerenciais a orientarem-se pelo mesmo objetivo único de maximizar o valor nominal das ações em bolsa, já que eles próprios serão diretamente beneficiados com o aumento do preço das ações. Conseguem, assim, de seus executivos, uma dose razoável de frieza e sangue frio, absolutamente essenciais para a adoção de práticas selvagens de redução de custos, que levam, inexoravelmente, às demissões sem critérios.

JN chama a atenção para



o fato de que o alvo principal dos planos de corte de pessoal são os operários, os funcionários administrativos e o quadro técnico. Isto faz com que essas categorias sejam mais sensíveis e resistentes a esse processo de "financeirização das empresas produtivas", e que sejam os setores mais disponíveis a uma mobilização contra essa tendência.

Inutilidade e ineficácia dos fundos de pensão

Os norte-americanos têm um sistema de poupança e aposentadoria que tem por base instrumentos e mecanismos de valorização financeira de seus recursos. Os fundos de pensão, por exemplo, são bancados e estruturados pelas próprias empresas, a partir das contribuições dos assalariados e dos empregadores, valorizando-se por meio da capitalização dos rendimentos. Aí, no entanto, há um grande risco para os assalariados, pois não se pode confundir rendimentos dos fundos com os resultados dos mercados financeiros que, aliás, são medíocres no longo prazo.

Nos Estados Unidos, por exemplo, estudos realizados pelo Ministério do Trabalho indicaram que, no período 1968-1983, um conjunto de grandes fundos de pensão teve rendimento nominal médio de 6,8% ao ano, para uma taxa média de inflação de 7,1%! Há muitas razões para isto. Uma delas resulta dos gastos de administração dos fundos (2).

Na verdade, o marketing em torno dos fundos de pensão interessa particularmente a dois segmentos da atividade econômica. Por um lado, os gestores e corretores desses fundos que aí encontram uma fonte considerável de grandes lucros sem qualquer risco. Por outro lado, o próprio patronato que consegue, freqüentemente, redução na parcela da contribuição devida pelos empregadores, com base nos argumentos de elevada rentabilidade.

No entanto, para JN, não há prova

empírica alguma da superioridade dos fundos de pensão individualizados, por capitalização, sobre o sistema da aposentadoria por repartição. Muito pelo contrário. O maior risco, para os assalariados, decorre dos fundos que seguem a regra de contribuições definitivas, pois esse sistema permite transferir da empresa para os empregados, os riscos inerentes a todo mercado financeiro.

O aumento das desigualdades sociais

"Qualquer sistema facultativo de aposentadoria é intrinsecamente desigual porque ele não atinge os segmentos populares e porque ele suprime os mecanismos de solidariedade social. Só aderem a esses sistemas os indivíduos de maior poder aquisitivo e que passam, então, a beneficiar-se de incentivos fiscais. Temos aí uma injustiça tributária que é acompanhada, na França, por uma outra injustiça trabalhista: a conta individual dos participantes de um fundo de aposentadoria facultativo pode acolher doações do empregador, ele também à procura de incentivos fiscais", afirmou JN.

Na verdade, a individualização das aposentadorias constitui um enorme recuo nas conquistas trabalhistas e a sua expansão está automaticamente vinculada à destruição programada dos sistemas coletivos que, estes sim, garantem uma real proteção social, solidária e não excludente. Devemos prestar atenção para o fato de que, nos Estados Unidos, apenas 6,2% da população que trabalha em empresas com menos de 25 empregados, está coberta por esses fundos facultativos.

O argumento de que os fundos são necessários ao aumento da poupança coletiva tampouco procede. Na França, temos um sistema clássico e tradicional de poupança (denominado "livret A") que cumpre, perfeitamente, o papel que os fundos de pensão prometem desempenhar. Trata-se de uma poupança garantida pelo Estado, remunerada positivamente, embora com taxas modes-

tas. Os fundos captados por esse sistema financiam os investimentos considerados de interesse social que não ficam, por isto, à mercê dos humores do mercado.

Para reformar os sistemas de aposentadorias, JN considera essencial "resgatar o prazer do futuro, o prazer da vida, vencendo o passado e a morte (...), aumentando a participação dos salários na renda nacional, modificando a base de cálculo das contribuições previdenciárias (...) e o governo poderia comemorar a vitória contra a inflação, expandindo o emprego e aumentando os salários". ■

* Coordenadora do Núcleo de Estudos Temáticos do Attac-RJ

** Coordenador de Assuntos Institucionais do Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro

NA - Para melhor conhecer o pensamento e as opiniões de Jacques Nikonoff, sugerimos a leitura de seus três livros, infelizmente ainda sem tradução no Brasil. *Existem reservas de emprego?* (1996); *Desemprego: Nós acusamos* (1998) – uma avaliação dos custos – diretos e indiretos – do desemprego; e *A comédia dos Fundos de Pensão* (1999), uma explicação dos mecanismos dos fundos de pensão, nos EUA. Vale a pena conhecê-los.

(1) Pertencem à categoria de investidores institucionais: os fundos de pensão, os fundos mútuos, fundos de investimento em geral, as companhias de seguros.

(2) Para uma análise detalhada desse ponto, pode-se consultar o livro de Jacques Nikonoff "La Comédie des Fonds de Pension" Ed. Arléa, Paris/2000 (2ª edição).

ENTREVISTA Sérgio Mendonça

ANOS 90: A DÉCADA DO DESEMPREGO

Pesquisa do Dieese mostra que a última década do século XX foi de perda da renda, do emprego e da qualidade do trabalho no Brasil

Se os anos 80 constituíram a década perdida, os 10 anos seguintes marcaram a década do desemprego, com queda da renda e da qualidade do trabalho. Essa é uma das conclusões da ampla pesquisa realizada pela equipe técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos (Dieese), que deu base ao livro *A Situação do Trabalho no Brasil*, já à venda, ao qual se juntam três livretos sobre temas específicos que retratam as condições de trabalho, no Brasil, na última década do século XX.

Para esmiuçar os dados revelados por esta pesquisa, que contou com apoio financeiro de instituições de solidariedade internacional, o JE foi ouvir o diretor técnico do Dieese, Sérgio Mendonça. Diferentemente do que disse o presidente Fernando Henrique Cardoso, que viu nos dados divulgados recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relativos ao Censo 2000, índices de que os anos 90 foram de melhorias nos índices sociais do País, Sérgio Mendonça aponta para a deterioração das condições de trabalho, aumento expressivo do desemprego, com a queda dos salários e com a perda da importância relativa do emprego industrial diante do setor de serviços, o que empurrou ainda mais para baixo a qualidade do trabalho.

Jornal dos Economistas - Os anos 80 foram cunhados como a década perdida. Porém, observando os 90, esta última década parece ter sido muito pior para os assalariados. A partir da pesquisa que gerou a publicação *A situação do trabalho no Brasil*, bem como dos dados do Censo 2000 divulgados pelo IBGE, quais as principais diferenças entre os dois períodos?

Sérgio Mendonça - Pelos dados relativos a mercado de trabalho, emprego, renda e desemprego, e pelos primeiros dados do senso do IBGE, o que se revela é que a década de 90 foi a do desemprego, coisa que não tínhamos desde os anos 40. A década de 80 é mais ligada à perda de salário. Já nos anos 90, o que prevalece é o desemprego. A permanência de um desemprego alto durante muito tempo dificulta a recuperação da renda. Como não tem emprego na quantidade necessária, o que ocorre é que se vai substituindo o emprego mais qualificado pelo menos qualificado, e isso é um problema brasileiro dos anos 90. A renda não teve dados favoráveis e a precarização do mercado de trabalho levou a um aumento de trabalhadores por conta própria, emprego doméstico, trabalhador sem renda familiar, com a proporção dessas ocupações crescendo acima do contingente de trabalhadores com carteira.

JE - Em que os anos 90 alteraram a concentração da economia nacional nas regiões Sudeste e Sul. Houve alguma reversão dessa concentração ou, pelo contrário, ela acentuou-se?

SM - Quase nada. O que teve foi alguma migração das regiões metropolitanas para o interior, mas nada extraordinário. Saída da indústria têxtil e de calçados para o Nordeste. A distribuição regional concentrada se manteve nas regiões, não houve reversão, embora diria que não houve acentuação. Mas é necessário olhar com uma lupa melhor.

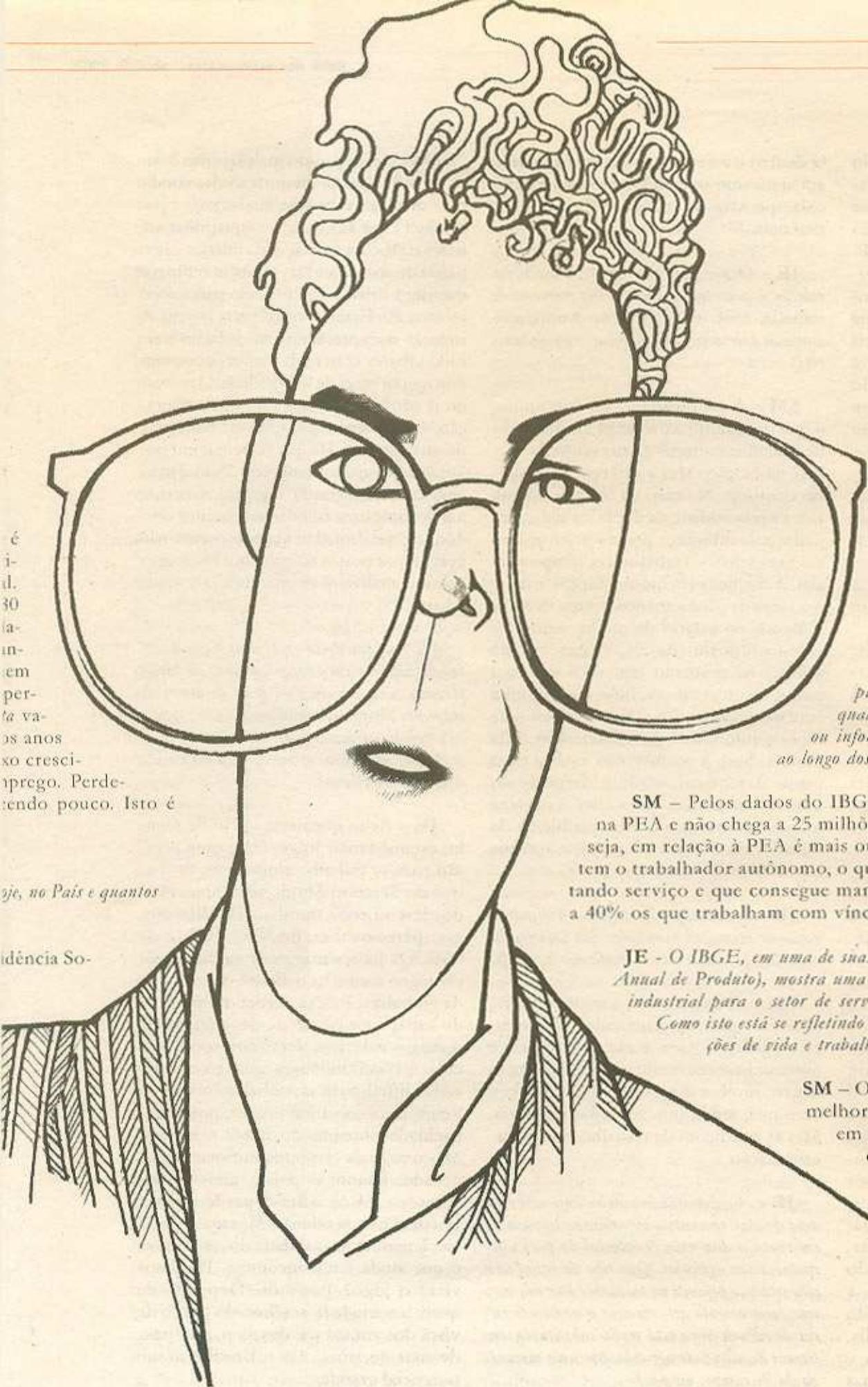
JE - Pelos dados obtidos pela pesquisa, como devemos situar as condições de renda e trabalho do brasileiro em relação aos países do Primeiro

Mundo e, também, em relação aos chamados países em desenvolvimento ou economias "emergentes"?

SM - O dados mais eloqüente e evidente o seguinte: o Brasil caiu da oitava para a décima primeira posição na economia mundial. Tudo que conseguimos manter nos anos perdemos nos 90, em termos da posição relativa. Continuamos sendo uma economia grande, mas já não somos a oitava no mundo e a primeira da América Latina, posição que demos para o México. Em termos *per capita*, somos ainda mais para baixo do que existia em 1940. Perdemos porção, em um quadro de desenvolvimento econômico e crescimento do desemprego, nossa posição relativa porque estamos crendo bem sintético.

JE - Qual a importância do salário mínimo, trabalhadores vivem dele?

SM - Não temos esta estatística. Na Pesquisa Nacional, temos 12 milhões de trabalhadores que recebem o salário mínimo. Pelos dados do IBGE, 54% dos trabalhadores ganham até dois salários mínimos, 24% recebem até um salário mínimo e 51,9% ganham até dois. O salário mínimo é muito importante porque afeta a vida de milhões. S e t o r e s



é
i-
d.
30
la-
in-
em
per-
ta va-
os anos
so cresci-
mprego. Perde-
tendo pouco. Isto é

je, no País e quantos

idência So-

como agricultura, construção civil e comércio têm predominância maior de trabalhadores de salário mínimo. Então, há um impacto muito grande do salário mínimo, em termos de melhorar ou não as condições de vida dos trabalhadores.

JE - *No que é reconhecido como a população economicamente ativa (PEA), quais são as relações dominantes - formais ou informais? Como essas relações se moveram ao longo dos anos 90?*

SM - Pelos dados do IBGE, são 78 milhões de trabalhadores na PEA e não chega a 25 milhões o total de empregos formais. Ou seja, em relação à PEA é mais ou menos um terço. Mas, além disso, tem o trabalhador autônomo, o que trabalha para uma empresa, prestando serviço e que consegue manter alguma relação. Mas não chega a 40% os que trabalham com vínculo.

JE - *O IBGE, em uma de suas últimas pesquisas (Pesquisa Industrial Anual de Produto), mostra uma perda significativa do peso da produção industrial para o setor de serviços, na constituição do PIB brasileiro. Como isto está se refletindo no trabalho, particularmente, nas condições de vida e trabalho dos assalariados?*

SM - O emprego do setor industrial era de melhor qualidade, em termos de renda e em termos de proteção social. Quando o emprego industrial começou a perder muito fortemente, essas pessoas migraram para o setor de serviços ou para o desemprego. Ou seja, não trocou seis por meia dúzia, e, sim, perdeu qualidade em termos de proteção social e de renda.

O aumento dos serviços no mercado de trabalho se refletiu em perda de qualidade das relações de trabalho. O setor de serviços é uma coisa muito heterogênea. Há segmentos, como o setor público, os bancos, telecomunicações, serviços em geral mais associados à dinâmica da empresa, que acabam tendo uma qualidade boa. Mas os serviços pessoais são mais precários. O que predomina é o emprego doméstico, que hoje é 8% do total, e os autônomos, que são de 15% a 20% (em São Paulo, os autônomos são 20%).

JE - *Quais segmentos da indústria perderam sua razão de existência e quais aqueles que têm ou mantêm algum horizonte pela frente? Devemos aposentar a expressão "trabalhadores, uni-vos!", considerando que sua formulação se deu em um ambiente progressivamente industrial e fabril?*

SM - Tem segmentos do setor metal-mecânico que pagam salários mais altos, a indústria química, a de petróleo, o complexo eletro-eletrônico; mas, mesmo aí, os salários estão caindo. O salário de um operário de uma montadora caiu à metade, em reais. Na média, a renda do trabalhador qualificado caiu pela metade.

JE - *Qual a importância dos segmentos da economia nacional que produzem para a exportação? Qual a importância relativa deles, em termos de absorção de mão-de-obra e em que condições estão os trabalhadores desses setores?*

JE - Eles estão, principalmente, no agro-negócio, como suco de laranja, ou as chamadas *commodities*, siderurgia, o complexo de minério, e, se pegar setor de ponta, o que a gente exporta - avião, caso da Embraer, e automóvel, que também não é muito grande, mais calçados e têxtil. O problema é que em um país deste tamanho, a exportação é um pedaço pequeno do PIB. Isto é uma realidade para economias grandes, países do porte do Brasil. Nos EUA, também, a exportação não passa de 20% a 25% do PIB. É também o caso da Rússia, Índia, excluindo a China, que é meio híbrida, é como se tivesse duas ou três economias

lá dentro e a economia de exportação é em si mesmo uma delas. O resto é agrícola, que vive de uma economia de subsistência.

JE - *O que, nos anos 90, aconteceu em relação à presença da mulher no mercado de trabalho, tradicionalmente uma participação marcada pela desigualdade de acesso e de salário?*

SM - A condição não mudou muito, o que mudou foi a presença no mercado de trabalho e, mesmo, a presença da mulher na Nação. Mas a diferença de salário continua. No caso da mulher, há que fazer a relatividade da dupla jornada. Um pedaço da diferença pode ser um pouco em razão disso. Trabalho em tempo parcial. A mulher para mesma função e mesma jornada ganha menos. Cerca de 40% a menos no salário da mulher em relação ao homem. Agora, a presença da mulher no mercado tem sinal positivo para o futuro, embora, hoje, ela vive uma taxa de desemprego maior. Mas em termos de autonomia, das características da família, hoje a mulher não está aí para casar. A renda da mulher derivada do casamento é algo que existe cada vez menos. Combinando com problema da falta de crescimento econômica, acentua o problema do desemprego.

JE - *E em relação aos negros. A discriminação de acesso, de atividades e de salários foi mantida, acrescida ou atenuada nos anos 90?*

SM - Aí piora mais, a mulher negra, então, é a mais discriminada, por exemplo. Sobrepõe sexo e cor, aí a escala é homem branco, mulher branca, homem negro, mulher negra. A discriminação continua, ainda que se tenha melhoria. Mas as condições de trabalho são de discriminação

JE - *A população brasileira hoje está com uma brutal concentração urbana, levando-se em conta a dimensão territorial do país e as vastas áreas agrícolas. Que tipo de influência esta situação provoca no trabalho? Por sua vez, este deslocamento que esvazia o ambiente rural de mão-de-obra está sendo substituído, em termos de atividade agrícola, por uma mecanização do campo, ou não?*

SM - Nesse período mais recente, houve a favelização, a deterioração das condições de vida das pessoas vindas para a periferia. O que se conseguiu equacionar até os anos 80, com a captação da mão-de-obra, parou de acontecer. Mas também o fluxo é menor. A urbanização forte do país foi até os anos 80. Então, a maior parte já veio. A situação mais precária já está dada, no mercado urbano, com renda menor para quem tem menor nível de escolaridade. O mercado já não absorve, nem tanto pela migração, mas porque segue adiante a tendência de mecanização. Há que se pensar em políticas de absorção desta gente. Não é mais tanto o fluxo migratório que pesa, mas, sim, a precarização, a falta de crescimento econômico, que degrada ainda mais porque não gera novos postos de trabalho. Há a agricultura familiar, que é grande, mas a renda é baixa.

JE - *O que devem esperar os trabalhadores brasileiros em relação ao novo século - estamos mais próximos ou mais distantes do momento em que os trabalhadores não precisarão dedicar a maior parte de suas vidas ao trabalho, mas, sim, ao lazer, à cultura e aos assuntos familiares?*

JE - Acho que, neste início de século, estamos mais longe. Há é uma pressão para se trabalhar ainda mais. Os países do Terceiro Mundo têm, hoje, 80% do desemprego mundial. Há 30 anos, este percentual era de 60%. Hoje é de 80%. Os países mais ricos souberam se proteger melhor e o Brasil, nesse jogo da globalização, está perdendo; perdendo espaço no comércio, dependente de recursos externos. Nesse começo de século, estamos indo para uma terceira década difícil para os trabalhadores. No longo prazo, é difícil prever, pois a capacidade potencial do Brasil é imensa. Mas o jogo da economia internacional é pesado. Diante de países mais fortes, como os EUA, o Brasil perde espaço. Isso não é nada otimista. Mas muita coisa vai depender da qualidade dos governos, o que ainda é uma incógnita. Podemos virar o jogo? Podemos. Depende de quem a sociedade escolher, do ponto de vista dos rumos que deseja para o país, de suas decisões. Mas o Brasil tem um potencial grande. ■

DÍVIDA BRASILEIRA

PAÍS ECONOMISA PARA PAGAR JUROS

A Dívida Mobiliária Federal Interna (DMFi), em março último, alcançou a cifra de R\$ 626,32 bilhões, pouco mais do que em dezembro do ano passado, que fechou em R\$ 624,1 bi

Para manter a dívida estável nesses três meses, o Governo Federal teve de obter, somente em janeiro e fevereiro deste ano, um superávit primário (isto é, o desvio de recursos do orçamento para o pagamento de juros) de R\$ 8,235 bilhões.

Este volume de recursos, relativo apenas ao pagamento - com dinheiro vivo do orçamento - dos juros nos dois primeiros meses do ano, equivale a tudo o que o governo gastou, em 2001, com os ministérios do Desenvolvimento Agrário, Meio Ambiente, Cultura e Minas e Energia.

Até o mês de fevereiro, os gastos com juros das dívidas externa e interna representaram mais do que a soma de todos os outros itens selecionados, tanto no que se refere ao montante previsto para o ano, como também ao já realizado até fevereiro (ver tabela).

Além disso, o percentual já gasto até fevereiro do montante previsto para o ano, com os juros da dívida, é ligeiramente maior do que a soma dos outros itens, e maior que o percentual já gasto em Reforma Agrária (onde foram liquidados apenas 2,18% do previsto para o ano), Saúde (7,44%), Cultura (4,53%), Ciência e Tecnologia (6,07%), Agricultura (5,05%), Urbanismo (0,01%), Habitação e Saneamento (em que nada foi gasto, até então). O que vem a confirmar a opção do governo pelo pagamento da dívida financeira, em detrimento da social.

Dívida impagável

Até fevereiro, foram pagos como amortização da DPMFi R\$ 43,4 bilhões. Porém, pelo fato de o governo não dispor de recursos nem mesmo para o pagamento dos juros desta dívida, ele a amortiza com a venda de mais títulos, o que é chamado de "rolagem da dívida". Se, por um lado, isto significa que o governo não está retirando recursos do orçamento para

pagar o principal da dívida, por outro, revela que a dívida é, simplesmente, impagável.

Já a dívida externa atingiu, em janeiro deste ano (segundo a última estimativa feita pelo governo, em 24 de abril), a cifra de US\$ 209,5 bilhões. Apesar de ser preponderantemente privada, as grandes remessas líquidas de juros para o exterior dela decorrentes (de US\$ 1,094 bilhões, somente em janeiro) consomem US\$ 15 bilhões por ano de divisas em moeda estrangeira, arduamente obtidas às custas de políticas nocivas como o aumento das taxas internas de juros e das exportações de produtos primários (que prejudicam o direcionamento da agricultura brasileira para o atendimento do mercado interno).

No atual balanço de pagamentos brasileiro, tais US\$ 15 bilhões representam menos que a entrada de Investimento Estrangeiro Direto (IED), de R\$ 20 bilhões, o que poderia dar a falsa impressão de que a dívida externa é administrável, como diz o governo. Porém, tal IED não seria propriamente um investimento, mas, preponderantemente, a desnacionalização da estrutura produtiva brasileira, isto é, apenas a compra, por empresas estrangeiras, de setores produtivos já instalados no país (ou mesmo o financiamento da compra de títulos públicos por estas

empresas, como ocorre crescentemente na era da financeirização da riqueza). O que determina, por sua vez, que as remessas de lucro para o exterior cresçam, representando atualmente cerca de US\$ 5 bilhões anuais (volume que era de US\$ 1 bilhão, antes do governo FHC).

Isto é, a vinda de IED para o país apenas cobre a remessa de lucros e os juros da dívida externa, o que, em um contexto no qual a nossa balança comercial ainda não representa grandes saldos (ano passado apresentou pequeno superávit, de US\$ 2,6 bi), nos obrigará a vender a nossa estrutura produtiva indefinidamente, até o ponto em que não nos reste mais nada, a não ser o nosso território, somente para pagarmos os juros dessa dívida. E se quisermos pagar o principal, teremos de transformar toda a nossa agricultura em uma *big plantation* de soja ou de sorgo. ■

* Artigo extraído do Boletim Auditoria Cidadão da Dívida, número 1, Maio de 2002

Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Jan. a Fev. de 2002 Demonstrativo da Execução das Despesas por função/subfunção Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Orçamento (itens selecionados)	Previsto (R\$ mil) (Dotação Anual)	Realizado (R\$ mil) até Fevereiro (Valores Liquidados)	Liquidado (%)
Segurança Pública	1.943.035	202.587	10,43
Assistência Social	6.419.536	758.157	11,81
Saúde	25.885.810	1.925.257	7,44
Educação	14.234.556	1.372.770	9,64
Cultura	358.681	16.242	4,53
Urbanismo	795.536	53	0,01
Habitação	224.895	0	0,00
Saneamento	248.984	0	0,00
Gestão Ambiental	2.790.418	223.532	8,01
Ciência e Tecnologia	2.013.536	122.256	6,07
Agricultura	8.794.236	444.363	5,05
Organização Agrária	1.561.023	34.009	2,18
Sub-total	65.270.246	5.099.226	7,81
Serviço da Dívida Interna	84.413.418	7.063.191	8,37
Serviço da Dívida Externa	28.902.964	2.554.579	8,84

TEORIA ECONÔMICA Ralph Miguel Zerkowski*

REENCONTRANDO KEYNES

Porque voltar a J. M. Keynes. Há razões? Parece que existe uma necessidade de retornar a este insigne britânico. Antes de mais nada, porque o ídolo de Keynes declinou

Se retrocedermos aos anos 40, 50 e 60, não existiriam razões para que Keynes fosse desprezado. O mundo estava então sob o impacto da Segunda Guerra Mundial, seus desdobramentos principalmente a questão da retomada do processo de desenvolvimento econômico. As consequências da inflação alemã do início da década dos 20, suas políticas altamente ortodoxas, prevaleceram, mas terminariam derrotadas pela própria Depressão de 30.

O que aconteceu então nos últimos 30 anos, sobretudo nos últimos 20?

O mundo ocidental, nas duas décadas e meia do pós-guerra, conseguiu alcançar um patamar de renda *per capita* jamais obtido em qualquer época da história econômica ocidental. Não havia, conseqüentemente, razão de se abandonar o "guru" máximo do capitalismo, John Maynard Keynes.

Todavia, advém a primeira crise do petróleo e impacta sobre os níveis de preço de todo o mundo ocidental (1973). A palavra inflação, que era uma figura de museu atingindo apenas o terceiro mundo, volta à tona. Imediatamente, as teorias que então tinham sido abandonadas voltam à baila.

Inflação e Estado

Os monetaristas e liberais de plantão acusam o "déficit Keynesiano" como uma causa fundamental do desequilíbrio fiscal e monetário. Já a segunda crise do petróleo, no final da década dos 70, obriga a adoção de medidas ortodoxas que minimizem o impacto inflacionário. Mas as lições dos anos 70 haviam ficado.

A segunda "vítima" foi o tamanho do Estado, a partir dos anos 80.

Logicamente, Keynes e, pior do que isto, interpretações precipitadas sobre o que ele "realmente" havia dito, levam-no ao ostracismo. Mesmo em ambientes mais favoráveis do Terceiro Mundo o seu prestígio inevitavelmente declinou. Nos ensina, entretanto, a história do pensamento econômico e a própria história econômica, que os grandes "gurus" perdem posição relativa, mas nunca devem ser negligenciados.

A literatura dos últimos 20 anos foi predominantemente de cunho liberal (neoliberalismo e neobobismo). Sobretudo Hayek foi tirado do seu longo ostracismo. Convém não esquecer que a queda do socialismo, com as suas mazelas e seqüelas, teve participação ponderável. Não que Keynes fosse socialista. Mas o "Leviatã do Estado"

imediatamente povoou a mente dos economistas. O curioso é que os resultados alcançados foram magros. A não ser pela inflação (o que é condição necessária, mas não suficiente), o desempenho dos países ocidentais foi modesto e idem o dos países agora chamados, caridosamente, de emergentes.

A fruta agora está madura. O crescimento do protecionismo, conquanto o discurso seja liberal, denota que nem tudo são flores no jardim do liberalismo e que, por via de consequência, haverá revisionismo em tudo aquilo que foi a "raison d'être" do crescimento liberal.

Visivelmente, tudo aquilo que significou palavras de baixa extração, tais como planejamento, desenvolvimento, expansão controlada do Estado, desemprego, política fiscal não voltada para a maximização da arrecadação, mas sim direcionada ao desenvolvimento econômico - tudo isso são itens que voltarão a povoar a cena econômica.

Se imaginar que apenas aumentar ou diminuir taxas de juros, mesmo a curto prazo, solucione problemas econômicos é só esperar a crise maior que virá pela inconsistência e simplificação dos problemas que ameaçam o século XXI.

* Professor aposentado da UFF

O CORECON-RJ VAI EDITAR DUAS IMPORTANTES PUBLICAÇÕES:

GUIA DOS ECONOMISTAS
CONSULTORES

E

GUIA DE EMPRESAS
CONSULTORAS EM ECONOMIA

Você ou sua empresa não querem fazer parte dessas publicações?

Até o próximo dia 31 de maio, o Corecon-RJ estará recebendo inscrições dos profissionais consultores e das empresas de consultoria em economia interessados em ter seus nomes incluídos em cada uma das novas edições dos Guias, publicados pela primeira vez no final dos anos 90.

Tanto o Guia dos Economistas Consultores quanto o Guia de Empresas Consultoras em Economia vão dar mais visibilidade aos profissionais e às empresas que atuam neste campo de trabalho, sendo ainda uma ótima referência de informação para o mercado.

A inscrição é muito simples: basta preencher o formulário publicado em nossa página na internet www.economistas.com.br. Ou, tendo dificuldades, ligar diretamente para a Secretaria Institucional do Conselho, no tel. 2232-8178 - Ramais 32 ou 45. Estamos aguardando vocês.

Inscrições Até 31/05/2002



LEGISLAÇÃO

CONSELHOS QUEREM ATUALIZAÇÃO DA LEI

Anteprojeto especifica as atividades profissionais do economista e reafirma função fiscalizadora dos Conselhos Regionais e do Conselho Federal

O presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon), Carlos Roberto de Castro, entregou à Câmara dos Deputados, no último dia 18 de abril, a proposta de anteprojeto de lei que modifica e moderniza a legislação da profissão de economista.

Em documento apresentado junto com a proposta e que esclarece as necessidades de mudança, o Conselho Federal defende que a função do órgão "não é a de conquistar mercados para os profissionais de sua área, mas, sim, a de controlar, em nome da sociedade, as atividades da profissão".

Pelo documento, podem ser considerados economistas os bacharéis em Ciências Econômicas, diplomados no Brasil ou no exterior, de acordo com as Leis em vigor e registrados nos Conselhos Regionais de Economia. Podem também ter seus registros concedidos os profissionais portadores de diploma de Doutor em Economia.

O anteprojeto define ainda as atividades específicas dos economistas, tais como: assessoria, consultoria e pesquisa econômico-financeira; estudos de mercado e de viabilidade econômico-financeira; análise e elaboração de cenários econômicos; planejamento estratégico nas áreas social, econômica e financeira; estudo e análise de mercado financeiro e de capitais e derivativos; estudo de viabilidade e de mercado relacionado à economia da tecnologia, do conhecimento e da informação, da cultura e do turismo; produção e análise de informações estatísticas de natureza econômica e financeira, incluindo contas nacionais e índices de preços; planejamento econômico, formulação, implementação e acompanhamento; avaliação econômico-financeira de política tributária e finanças públicas; e, finalmente, assessoria, consultoria, formulação, análise e implementação de política econômica, fiscal, monetária, cambial e creditícia.

A proposta de anteprojeto de lei foi analisada pelo sistema Cofecon/Corecons durante

mais de dois meses. Para o coordenador do grupo de trabalho que elaborou a proposta, conselheiro federal Carlito Zanetti, o objetivo era modernizar a lei 1.411, de 13 de agosto de 1951, que regulamenta a profissão de economista e que já tem mais de 50 anos.

Para o presidente do Conselho Federal, a entrega da proposta de modernização da legislação do economista é fundamental para a garantia da qualidade de trabalho do profissional e

a correta defesa da sociedade. O vice-presidente do Corecon-RJ, João Manoel Gonçalves Barbosa, considera importante o ante-projeto, porém, adianta que, no Rio, será necessário uma discussão mais ampla do tema com a categoria.

"Nossa intenção é promover esse debate entre os profissionais do Rio, inclusive visando a apresentação de emendas e sugestões ao texto já encaminhado ao Congresso", adiantou João Manoel ao JE.

USE OS BENEFÍCIOS DE SEU CONVÊNIO E FAÇA UM CURSO SUPERIOR

VESTIBULAR
GRADUAÇÃO
E CURSOS
SUPERIORES
PROFISSIONAIS
VEIGA DE ALMEIDA

CLC
IDIOMAS

Só na UVA você ganha um curso de idiomas para completar a sua formação profissional.*

BENEFÍCIOS AOS CONVENIADOS
Descontos válidos para os campi Tijuca e Barra**

- Isenção de taxa na inscrição do vestibular.
- 20% de desconto nos cursos de graduação e superiores profissionais (2 anos).
- 40% de desconto nos cursos de graduação, exceto licenciaturas, para portadores de diploma.

As inscrições podem ser feitas no local, através do telefone, fax ou internet.

0800 246172 • www.uva.br

INSCRIÇÕES
ABERTAS

UVA Universidade
Veiga de Almeida

Formando valores

Campus Tijuca: R. Hilarion, 108 - Tel.: 2579-8800 • Campus Barra: Av. Gen. Felfelino Cardoso, 500, Tel.: 3325-2333

* Material didático não incluso. Válido apenas para novos alunos.

**Benefícios válidos para pagamento até o dia 10 de cada mês. CARIÓCA

PUBLICAÇÕES

A ECONOMIA GLOBAL E O BRASIL



“No Brasil, a partir de 1995, o desempenho mediocre da economia, o esgarçamento do tecido social, a degradação institucional e a perda de governança têm estado na origem das propostas de mudança e

transformação. Todas as propostas chamam atenção para a vulnerabilidade externa do país.

O Brasil somente escapará da atual trajetória de instabilidade e crise se implementar estratégias e políticas orientadas para a redução da sua vulnerabilidade externa”.

Vagão Descarrilhado O Brasil e o futuro da economia global

Autor: Reinaldo Gonçalves
Editora: Record/SP (2002) -
224 pág.
Preço: R\$ 25,00

REAÇÕES CONTRA A ALCA



O livro é uma coletânea de artigos e documentos que analisam a proposta de criação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Foi organizado

desde uma perspectiva plural, mas dentro de uma visão crítica desse processo. Este é também um livro militante. Foi pensado dentro de uma campanha que organizações brasileiras lançaram para esclarecer à opinião pública sobre o caráter da

ALCA e suas conseqüências negativas para a população do Brasil e de todo o continente americano. Essa campanha, no Brasil, faz parte de uma mobilização continental contra a ALCA que foi deliberada na IIª Conferência dos Povos das Américas realizada em abril de 2001 em Quebec.

Soberania sim, Alca não! Análises e documentos Campanha Nacional contra a Alca

Vários autores
Roberto de Almeida
Editora: Expressão Popular (2002)

POLÍTICAS PARA A RETOMADA DO C RESCIMENTO

Reflexões de economistas brasileiros

Organizadores: Ricardo
Bielschowsky e Carlos Mussi
Vários autores (2002)
Publicação: IPEA/Escritório da
CEPAL no Brasil
Preço: R\$15,00

A publicação reúne reflexões de destacados economistas brasileiros sobre políticas de crescimento econômico. Apresenta uma resenha de entrevistas com 38 economistas das mais variadas tendências analíticas e político-ideológicas, e artigos de Antonio Delfim Netto, Luís Carlos Mendonça de Barros, Luiz Carlos Bresser Pereira, Maria da Conceição Tavares e Luiz Gonzaga Belluzzo (em co-autoria) e Pedro Sampaio Malan.

O livro contribui para re-aquecer o debate sobre crescimento, tema que se encontra relegado a um plano secundário nas duas últimas décadas no país. O leitor encontrará aqui uma amostra bastante representativa do estoque de idéias dos economistas brasileiros sobre o tema políticas de crescimento na década de 2000. ■

ARMAS, GERMES E AÇO

Os destinos das sociedades humanas

(Ganhador do Prêmio Pulitzer-1998)
Autor: Jared Diamond
Editora Record
Preço: R\$ 55,00

Por meio de uma intrigante revisão da evolução dos povos, em uma viagem através de 13.000 anos de história dos continentes, Jared Diamond conclui que a dominação de uma população sobre outra tem fundamentos militares (armas), tecnológicos (aço) ou nas doenças epidêmicas (germes), que dizimam sociedades de caçadores e coletores, assegurando conquistas. Assim, alguns povos desenvolveram a tecnologia que proporcionou a expansão de seus domínios e aumentou a resistência a doenças, entre outros fatores, conferindo-lhes grande poder político e econômico. O livro aborda as origens dos impérios, da religião, da escrita, das colheitas e das armas. Fornece as bases das diferentes evoluções das sociedades humanas nos continentes, derrubando teorias racistas e desafiando o conhecimento convencional.

Desconto de até 35%

Aproveite nossos convênios para adquirir livros das Editoras Campus, Cepal, FGV, Paz e Terra, Record.

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

O FEDERALISMO FISCAL EM CRISE

Aumento das transferências no bolo fiscal acentua dependência do município e sua relativa perda de autonomia

É possível perceber, observando os percentuais arrecadados das Receitas municipais entre os anos de 1995 e 2001, que houve uma redução relativa da participação (peso) das Receitas Próprias (impostos, taxas, multas, etc.) e, em contrapartida, um aumento da participação das Transferências (Inter/Intragovernamentais) no total arrecadado. Em valores, tanto uma quanto a outra cresceram. Entretanto, o crescimento das Transferências foi maior do que o das Receitas Próprias.

Para o município do Rio de Janeiro, esse aumento na participação das Transferências significa uma relativa perda de autonomia financeira e política, uma vez que se torna mais dependente das Receitas arrecadadas por outros entes da federação.

No livro *Armadilha da Dívida*, de Reinaldo Gonçalves e Valter Pomar, é dito que "o governo federal conseguiu recompor e até aumentar sua participação no bolo tributário, em detrimento dos governos estaduais e das prefeituras. Este aumento significativo da carga tributária federal permitiu uma maior transferência para os governos estaduais e muni-

cipais (...)", exatamente como mostram os dados acima.

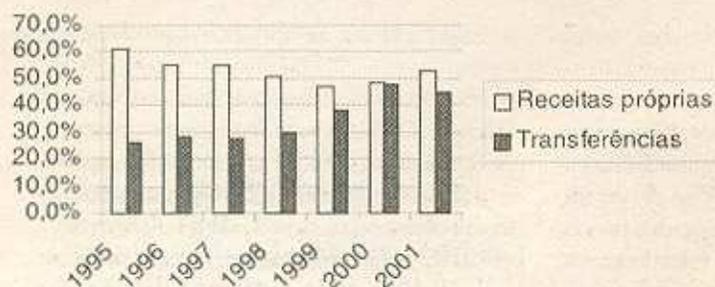
O artigo publicado no *Jornal do Commercio*, em 12 de maio de 2002, também confirma os dados apresentados: "os municípios diminuíram o comprometimento da receita total com a máquina administrativa (...). As informações acabam de ser consolidadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e permitem observar a paulatina perda de autonomia financeira dos municípios. Em 1999, a receita tributária cobria 29% das despesas de custeio e, nos anos de 1998 e 1997, essa cobertura era de 32%. O cruzamento de informações ressalta a crescente dependência que as administrações municipais fluminenses têm das transferências correntes e de capital, da receita de *royalties* e de participações especiais".

Com relação às Operações de Crédito (empréstimos), pode-se dizer que ocorreu uma queda no percentual arrecadado, principalmente no ano de 2000. Essa queda se deveu ao fim da rolagem da dívida, decorrente da promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal, em maio de 2000, que vetava:

sua renegociação.

Antes de a lei ser promulgada, a União assumiu a dívida do Município, que deveria passar a pagá-la. O fim da rolagem da dívida resultou, então, numa redução da participação das Operações de Crédito nas Receitas arrecadadas e no aumento das despesas do Município com o pagamento da dívida.

A CRISE DO FEDERALISMO FISCAL



PARTICIPANDO DA DECISÃO

Segundo a Lei nº 3189, de 23 de março de 2001, que dispõe sobre a participação popular no processo orçamentário, o Poder Executivo ficaria encarregado de formular um regulamento provisório para o primeiro ano deste processo, o que deveria (deve?) ocorrer ainda este ano.

O decreto lei nº 21.186, de 26 de março de 2002, que dispõe sobre o regulamento supracitado, ao nosso entender, é insuficiente para regulamentar e até mesmo conflitar em relação à lei. O decreto possui apenas três artigos, sendo muito menor que a própria Lei.

O artigo 1º, do decreto, constitui uma Comissão, formada apenas por membros do Poder Executivo, que deve instituir os critérios técnicos necessários para a implementação do dito "orçamento participativo". O artigo 2º constitui uma outra comissão, formada por cinco membros do Executivo e outros cinco, representando cada área de planejamento da cidade, que terá como encargo a seleção de projetos e a aplicação dos critérios técnicos definidos pela primeira comissão.

Esses projetos selecionados ainda seriam enviados ao Executivo para adequação técnica na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para 2003. O artigo 3º diz apenas que a avaliação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, pela comunidade, será feita através de audiências ou reuniões públicas em articulação com a Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Por conta disto, juntamente com o mandato do vereador Eliomar Coelho (autor da lei), estamos encaminhando questões sobre a contradição entre a lei e o decreto, nos seus aspectos jurídico/legislativo, tanto para a Procuradoria da Câmara, quanto ao próprio prefeito.

Não obstante, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003 também cita muito superficialmente a questão da participação, no seu artigo 38. Porém, mais uma vez, não garante a participação da população no processo decisório. E este é o grande xis da questão.

As matérias desta página são de autoria da equipe técnica do Corecon-RJ, de apoio ao Fórum Popular de Orçamento do Rio de Janeiro. Equipe técnica: Luiz Mario Behnken, coordenador, Daniela Faria, Eduardo Kaplan e Renato Elman.

CORECON: Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20054-900 - Tel.: (21) 2232-8178 - Fax.: (21) 2509-8121 - Correio eletrônico: fporj@bol.com.br - Portal: <http://www.economistas.com.br> - Lista de discussão: forumrio@rits.com.br As reuniões do Fórum são abertas: todas as quintas-feiras, às 18h, na sede do CORECON-RJ

ENSINO

CONSELHO PROMOVE CURSOS

Corecon-RJ inicia em junho, em sua sede, cursos de atualização e aprimoramento profissional, de curta duração

Com o objetivo de atender às complexidades e exigências cada vez maiores do mercado de trabalho, o Conselho Regional de Economia do Rio (Corecon-RJ) está iniciando uma política de educação continuada aos profissionais de economia.

O projeto tem por objetivo, desenvolver uma série de cursos de reciclagem profissional, mostrando aos economistas nichos de atuações do profissional, assim como as novas áreas de mercado.

Os cursos serão divididos em dois grupos: o primeiro com uma abordagem voltada aos aspectos básicos e introdutórios de cada tema, sendo estes inteiramente gratuitos; e o segundo, de caráter mais aprofundado e profissionalizante, com cobrança de inscrição.

Os cursos de caráter básico e introdutório abordarão temas como:

- Cenários Econômicos Aplicados ao Planejamento Estratégico;
- Conhecendo as Finanças Públicas na Atualidade;
- Matemática Financeira – Uso da HP 12C;
- Análise e Avaliação de Projetos com Uso do Excel;
- Modelos de Análise Conjuntural;
- Economista e a Gestão Criativa;
- Ferramentas Econômicas Aplicadas ao Direito Econômico;
- Formação de Preços em Mercados Competitivos;
- Projetos Econômicos Voltados para Cultura/Entretenimento;
- Elaboração e Análise de Planos de Negócios para Micro-crédito;
- Preparando o Economista para o Orçamento Participativo;

CURSOS PARA OS MESES DE JUNHO E JULHO

CURSO	INSTRUTOR	DATA	HORÁRIO
Cenários Econômicos Aplicados ao Planejamento Estratégico	Conselheiro Júlio Miragaya economista, com mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela UnB; Gestão do Território, pelo IPPUR/UFRJ; e Consultor de Empresas.	5, 6 e 7 de junho	das 18h30 às 22h30
Conhecendo as Finanças Públicas na Atualidade	Conselheira Regina Nascimento economista, mestrada em Planejamento Urbano e Regional, pelo IPPUR/UFRJ, doutoranda em Estudos Internacionais Comparados, pelo CPDA/UFRJ, e diretora do IERJ.	19, 20 e 21 de junho	das 14h30 às 17h30
Introdução à Análise e Avaliação de Empresas	Marcelo Arantes Alvim contador e mestrando em Economia Empresarial e Finanças, pela UCAM.	24, 25, 26 e 27 de julho	das 18h30 às 21h30
Introdução Análise e Avaliação de Projetos com Uso do Excel	Eduardo de Sá F. L. Rodrigues: Economista, Mestrando em Economia Empresarial e Finanças pela UCAM.	10, 11, 12 e 13 de julho	das 18h30 às 21h30.

Já em relação à segunda categoria dos cursos, de caráter profissionalizante, esta terá como temas:

- Elaboração e Análise de Projetos de Viabilidade Econômico-Financeira;
- Perícias Econômico-Financeiras e Cálculos Periciais.

As aulas acontecerão na sede do Corecon-RJ, na avenida Rio Branco, 109/19º. Outras informações podem ser obtidas através da página das entidades de economia na internet: www.economistas.com.br. Ou pelo telefone 21 - 2232-8178, com Creusa Stephen ou Márcia Ayres.

Curso de Língua Portuguesa

O Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro inicia, em junho, o Curso de Reciclagem em Língua Portuguesa, Redação e Expressão Oral, que será ministrado até dezembro, na sede do Corecon-RJ, no Centro da cidade.

As aulas serão dadas pela professora Rita de Cássia Miranda Elias, doutoranda em Literatura Brasileira da UFRJ. O conteúdo programático será o seguinte:

- Variação lingüística. Norma culta. Textualidade e coesão. Paráfrase resumo. Ampliação do vocabulário. Como evitar a repetição. Como evitar a ambigüidade. Ortografia. Impessoalização do texto. Organização do parágrafo. Pontuação. Regência. Uso do acento da crase. Concordância. Emprego dos pronomes. Tempos e modos verbais. Uso do acento da crase. Concordância. Emprego dos pronomes. Tempos e modos verbais. Dificuldades

da língua. Leitura, interpretação e produção de textos.

O curso será realizado às quartas-feiras, das 18h30 às 20h30, na sede do Conselho, na avenida Rio Branco, 109/19º. As inscrições podem ser feitas pelo telefone 2232-8178, ramais 32 e 45, mediante o pagamento de R\$ 30 mensais.

Reservas e informações podem também ser obtidas pelo correio eletrônico: coreconinst@alternex.com.br